



Assembleia Municipal de Sesimbra

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 01 DE MARÇO DE  
2021**

-----Ao primeiro dia do mês de março de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas, através de videoconferência, ao abrigo do artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, na versão atualizada, realizou-se a segunda reunião da sessão ordinária de fevereiro, da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria da Conceição Nero Gonçalves, Primeiro e Segunda Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----**3. Apreciação da Atividade Municipal;**-----

-----**2. Atribuição do Prémio Espichel 2021.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças:-----

----- Pelo Grupo Municipal (GM) da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, João Carlos do Carmo Valente, Paula Alexandra Cacela da Conceição Graça Rodrigues, Rui João Graça Rodrigues, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, José da Costa Ferreira Braga, Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes e Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro;-----

-----Pelo Grupo Municipal do PS – Sérgio Miguel Redondo Faias, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Paulo do Carmo de Sá Caetano, Andredina Gomes Cardoso, Bertina Pereira João Duarte, Faustino Marques e Afonso Manuel Cardoso Pessoa;-----

-----Pelo Grupo Municipal MAIS SESIMBRA (PPD/PSD.CDS-PP) – José Manuel Lobo da Silva e Maria da Conceição Nero Gonçalves;-----

-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

-----Pelo Grupo Municipal do BE – José António Melo Nunes Guerra.-----

-----Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, a Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel de Jesus Gomes dos Santos e o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vítor Ribeiro Antunes.-----

-----Comprovada a existência de quórum, 24 presenças, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e quinze minutos.-----

-----Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS),

Ata nº 43 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Francisco Manuel Firmino de Jesus, bem como da Vice-Presidente, Felícia Maria Cavaleiro da Costa, José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Carlos Manuel Vicente Silva e Francisco José Pereira Luis. -----

-----Justificou em seguida a ausência do Deputado João Pólvora, por razões de ordem profissional, que foi substituído pelo Deputado Afonso Pessoa. -----

-----**A Presidente da AMS** cumprimentou todos os presentes e disse não ter sido rececionado qualquer pedido de inscrição para intervenção no **“Período de Intervenção Aberto aos Cidadãos”**, dando início em seguida, ao **“Período da Ordem do Dia”**, com o 3º ponto da ordem de trabalhos: **“Apreciação da Atividade Municipal”**. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Presidente da CMS**, que cumprimentou todos os presentes e disse que, por economia de tempo, ouviria primeiro as questões dos Deputados para depois responder em seguida.

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva**, que cumprimentou todos os presentes e perguntou qual o custo suportado pela Autarquia com o Covid-19. O Deputado perguntou também qual o valor não recebido pela Câmara, atendendo ao Covid, e aqui visava as receitas que estavam orçamentadas e que devido a esta pandemia, se tinha deixado de ter taxas e licenças de espaços, entre outras. -----

-----Questionou, a 31 de dezembro, qual a dívida pública de curto, médio e longo prazo e também qual o saldo de gerência apurado a 31 de dezembro e que iria passar para 2021. O Deputado fez referência a uma reunião realizada a 2 de agosto, entre a Vereadora Felícia Costa com o gerente do Supermercado “Aldi”, que pensa ter sido para saber da viabilidade, ou não, da instalação deste supermercado no Casal do Sapo. Para terminar, e tendo em consideração que mais de 60% da população da Freguesia de Santiago era idosa, perguntou quais os planos para a recuperação dos passeios nesta freguesia.-----

-----Interveio o **Deputado José Braga** que cumprimentou todos os presentes e começou por dizer que no passado mês de janeiro, a ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses), havia proposto à DGAL (Direção-Geral das Autarquias Locais), a reativação de um grupo de trabalho para encontrar uma forma de ressarcimento das despesas feitas pelos Municípios no contexto da pandemia, tendo, das efetuadas em 2020, ascendido, segundo a ANMP, a mais de 160 milhões de euros, a fim de evitar dificuldades que provocassem situações desagradáveis que pudessem levar à insolvência de alguns, segundo a ANMP. O Deputado questionou, em nome da bancada da CDU, se poderia ser feito um ponto de situação de todas essas preocupações. -----

-----Tomou do uso da palavra a **Deputada Sandra Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e disse que uma das suas questões teria a ver com uma carta que o Presidente da Câmara havia enviado ao

Ata nº 43 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

senhor Secretário de Estado, Miguel Cabrita, sobre as instalações da For-Mar e se pressupunha a existência de uma estratégia e se já haveria alguma resposta à mesma. A Deputada perguntou qual o ponto de situação da construção do Tribunal de Sesimbra e se já havia alguma resposta relativamente às últimas diligências feitas pela CMS. Disse tratar-se de dois equipamentos de grande importância e que eram ambições já com muitos anos, pelos quais a população esperava há imenso tempo. Para finalizar, perguntou ainda se já existiam alguns números sobre o recurso por parte dos munícipes às linhas de apoio psicológico e social, uma vez que se estava prestes a fazer um ano desde que os primeiros casos de Covid tinham sido diagnosticados em Portugal e se tinha havido capacidade de resposta, uma vez que estas medidas tinham sido lançadas desde muito cedo, por parte da Câmara Municipal. Na sua opinião, revestiam-se de uma importância extraordinária naquele que era o apoio, não só em termos de bens mas também em termos de encaminhamento e ajuda na gestão deste novo modo de vida dos cidadãos sesimbrenses. -----

-----Interveio o **Deputado João Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e disse que, em relação à reunião de câmara de 20 de janeiro deste ano, tinha sido aprovado um Estudo prévio da Variante nascente-poente na Vila de Sesimbra e da Variante Maçã-Pedreiras. Perguntou se tinha havido alguma situação nova que obrigasse a este estudo e, eventualmente, o porquê de só agora e se iria ser implicado algum atraso no desenvolvimento da aprovação do PDM. Em seguida, o Deputado perguntou, tal como a Deputada Sandra Carvalho, se a Autarquia já teria recebido alguma resposta à intenção de requalificar e reabilitar o edifício do IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional). -----

-----Sobre o reforço das equipas do grupo de Bombeiros permanente de 5 para 9, perguntou se este aumento significativo de 100% se tratava de uma situação conjuntural ou estrutural, ou seja, se era para fazer face à situação de pandemia que esta equipa era reforçada. -----

-----Comentou também que o Parque Augusto Pólvora se encontrava aberto ao público mas com limitações na utilização dos equipamentos mas que o Parque da Vila da Quinta do Conde estava totalmente encerrado. Para que os cidadãos comuns e os munícipes percebessem esta situação, solicitou que o Presidente da Câmara se pronunciasse sobre esta situação. O Deputado pediu ainda que fosse feito um ponto da situação da pandemia no concelho de Sesimbra e quais as perspetivas em termos de vacinação e a sua concretização. -----

-----Tomou do uso da palavra a **Deputada Sónia Lopes** que cumprimentou todos os presentes e perguntou qual o ponto de situação do Santuário do Cabo Espichel relativamente ao Concurso Público, ao contrato e à assinatura do mesmo. -----

Ata nº 43 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Foi cedida a palavra à **Deputada Paula Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e disse que sempre tinha sido tradição, na Sexta-feira Santa e no equinócio da Primavera, a abertura da Lagoa de Albufeira, e perguntou para quando é que estava prevista, este ano, a sua abertura. Disse ainda que hoje se tinha celebrado a assinatura do Protocolo com os Bombeiros Voluntários de Sesimbra para a deslocalização do quartel e questionou qual passaria a ser a localização do mesmo.-----

-----Interveio o **Deputado José Guerra**, que cumprimentou todos os presentes e disse que, segundo lhe haviam contado, existiam ruas no Concelho que ainda não estavam ligadas ao saneamento e que até já tinham alcatrão, que de vez em quando tinha de ser mudado. Perguntou se havia muitas ruas nesta situação, referindo-se ao Zambujal. Questionou também se o Centro Veterinário tinha alguma autorização para poder vacinar e esterilizar os animais de pessoas idosas que viviam sozinhas com problemas económicos.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias** que cumprimentou todos os presentes e disse que, apesar de esta questão já ter sido colocada, gostaria de recolocar a questão relativamente ao Santuário do Cabo Espichel, uma vez que da última vez que este assunto tinha sido abordado, se estava a aguardar a presença do Senhor Presidente da República, que gostaria de vir ao local para participar no momento em que fosse lançada essa mesma concessão, o que não sabia se já teria acontecido, mas que este era o momento em que esta concessão já deveria ter sido lançada, devendo já estar a decorrer as obras de preferência para que quando este período de Covid passasse, já se pudesse ter um local que motivasse alguma atração para o Concelho e que também dinamizasse o Turismo da região.-----

-----Relativamente à situação do Covid, disse que gostaria de perceber, face ao contexto que se vivia, quantos trabalhadores da Autarquia estavam neste momento em situação de teletrabalho e quantos estavam no seu local de trabalho a exercer as suas funções.-----

-----Sobre o número de testes realizados, o Deputado quantos haviam sido realizados aos trabalhadores da Câmara Municipal até ao momento e também quantos trabalhadores é que já tinham estado infetados por Covid e quantos já haviam recuperado e quantos estavam ativos.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que cumprimentou todos os presentes e solicitou mais alguma informação sobre o projeto do Plano Local das Alterações Climáticas que, em conjunto com Palmela e Setúbal, tinha sido financiado por um Programa Internacional da Noruega, embora a verba não fosse consubstancial. O Deputado perguntou de que forma é que o Município de Sesimbra iria aproveitar essa verba e de que modo é que iria implementar a mesma.-----

-----O Deputado fez ainda referência a um *email* recebido pela CMS a 15 de janeiro sobre uma situação

Ata nº 43 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

de destruição de dunas e arribas no Meco, tendo esta questão já sido colocada na Assembleia Municipal, não havendo muita informação na altura e perguntou se já havia alguma solução e se esta situação já teria sido corrigida. -----

----- Houvera também uma reunião, a 19 de janeiro, com os promotores do Plano Pormenor da Mata Sul, que incluía o Novo Banco e a empresa *Greenwoods* e o Deputado perguntou que informação é que havia sobre este Plano Pormenor. Perguntou ainda, relativamente às Variantes, o que é que estava inerente às mesmas. Disse ainda que na reunião de Câmara a realizar no próximo dia 3 de março, seria posta a aprovação, uma implementação a título experimental de uma alteração no trânsito e perguntou se quando estas propostas eram apresentadas, os residentes das vias em causa eram consultados ou ouvidos. -----

----- Interveio o **Deputado Álvaro Monteiro** que cumprimentou todos os presentes e disse que a sua questão se prendia com a situação do incêndio ocorrido, há pouco tempo, na zona da Aiana, num armazenista de gás, causando grande aflição a quem residia na periferia dessa zona e perguntou, quem é que as atribuía as licenças para este tipo de equipamentos. Disse que neste caso, não tinha havido vítimas mas que havia locais deste tipo com maior proximidade de residências. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado José Guerra** que referiu uma situação que já havia sido tratada mas que não tinha em memória, sobre a exploração do Cabo Espichel, se tinha sido a “Revita” a indústria hoteleira para explorar esse espaço. -----

----- Interveio o **Presidente da CMS** que disse não saber se havia algum dado mais atualizado relativamente aos custos com o Covid, suportados pela Autarquia mas que até ao final do ano de 2020, a Câmara tinha 2,9 milhões de euros de despesas e não entradas de receitas. Disse que 1,5 milhões de despesas e 1,4 milhões de receitas não entradas. Referiu que a dívida de médio e longo prazo, no dia 31 de dezembro, se situava nos 12 milhões de euros e que o saldo de gerência estava estimado em cerca de 3 milhões de euros e que seria presente à Assembleia Municipal nos próximos meses. -----

----- Em relação à reunião da Vice-presidente com o Aldi, disse que a própria poderia dar depois algum pormenor e que este assunto já tinha sido presente à reunião de Câmara com a aprovação do seu licenciamento para a construção desta superfície comercial na Augi 41 do Casal do Sapo. -----

----- Sobre a questão da recuperação de passeios em Sesimbra, disse tratar-se de uma matéria que tinha vindo a ser, várias vezes, colocada pelos munícipes e, como tudo na vida, não se conseguia resolver todos os problemas de uma só vez e informou que estavam previstas um conjunto de pequenas intervenções que tinha a ver com questões de mitigação, substituindo algumas pedras da calçada, de calcário tradicional por outra tipologia e, obviamente, estava também prevista alguma reabilitação, quer de vias, quer de passeios

Ata nº 43 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

mas que o Vereador Sérgio Marcelino poderia depois dar mais alguma informação, em concreto, sobre essa matéria. -----

-----Relativamente à questão colocada pelo Deputado José Braga sobre a Associação Nacional de Municípios e o grupo de trabalho relativamente à questão dos encargos dos municípios com a Covid-19, disse não haver mais nenhuma novidade e que o ponto da situação do município seria este e que a única questão tinha sido que os EPI`s (equipamentos de proteção individual), nomeadamente aqueles que diziam respeito, sobretudo, às equipas que estavam na linha de frente e serviços essenciais, estavam isentos do pagamento de IVA para os municípios, mas não havia mais nenhuma informação. Referiu ter havido, em tempos, a possibilidade de ser aberto um aviso específico para a aquisição deste tipo de equipamento e até de outro tipo de material que era utilizado também regularmente ao nível do covid-19 e da pandemia mas não havia qualquer informação. O Presidente disse saber que a DGAL (Direção-Geral das Autarquias Locais) recolhia, mensalmente, esta informação e que havia uma reivindicação que se fazia através do Fundo Social Municipal poder vir a ter um aumento, tendo em conta estes encargos adicionais que os municípios haviam tido e que, grande parte das vezes, estava-se a falar dos custos e não da quebra de receita, tendo a ver entregas de equipamento de proteção individual e outros tipos de material, muitas das vezes, extravasando em muito, aquilo que eram as competências da Autarquia e muitas vezes, substituindo-se áquilo que até o próprio Governo deveria garantir, nomeadamente as forças de segurança, corporações de bombeiros, IPSS`s e que a Câmara Municipal continuava, ainda hoje, a fornecer grande parte dos EPI`s destas Entidades. Informou ainda que na Corporação dos Bombeiros, para o transporte de doentes com Covid-19, a CMS estava, neste momento, a fornecer todos os fatos para utilização e que tinham um custo razoavelmente elevado.-----

-----Sobre as questões colocadas pela Deputada Sandra Carvalho em relação à FOR-Mar, disse que, em 2018, a Câmara havia tido uma reunião com o Secretário de Estado, Miguel Cabrita e com o Vice-presidente do IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), proprietário do edifício do FOR-Mar, terreno da CMS, na altura, para construção da FOR Pescas. Disse que o FOR-Mar ocupava, sensivelmente, cerca de 30% do equipamento e que a CMS utilizava mais uma sala desde a saída do IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), sendo a Autarquia a assegurar o GIP (Gabinete de Inserção Profissional) para a população desempregada, com recurso a Técnicos da Câmara Municipal e outros contratualizados para o efeito. A CMS havia colocado também, a possibilidade de a Câmara reabilitar o edifício e haver um Programa, inclusivamente, ligado à Formação, fosse Formação complementar mas também ligado à Investigação de Instituições do Ensino Superior, sobretudo em duas áreas específicas, a Economia do Mar

Ata nº 43 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

e o Turismo, tendo a Câmara Municipal aferido com a Tutela se haveria alguma possibilidade de a CMS, fosse através de uma cedência, e poder assumir a gestão daquele edifício, garantindo a manutenção do FOR-Mar e do GIP e através disso, poder entrar em contacto com estas Entidades para criar um Programa específico de reabilitação do edifício, tendo em conta aquilo que eram as características da própria Vila de Sesimbra e o seu desenvolvimento económico.-----

-----Disse que a informação dada, à época, tinha sido que o IEFP estaria a preparar uma reabilitação total do edifício e não tinha havido muita abertura do ponto de vista daquilo que era uma cedência para o município e que seria uma condição para a Autarquia poder intervir naquele edifício e não se estava a falar em gastar 50.000€ ou 60.000€, provavelmente muito mais, face às debilidades e às condições em que neste momento se encontrava mas tinha havido abertura para depois da sua reabilitação, a Câmara Municipal articular com o IEFP, a possibilidade de uso daquele edifício, para além daquilo que era o subaproveitamento que este tinha só com o FOR-Mar e o GIP. Referiu que esse investimento de reabilitação nunca tinha sido feito até à data de hoje e que havia uma *nuance* pelo meio, no final de 2019 e início de 2020, aquando da obra de reabilitação e construção da parte nova da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, tendo sido colocada ao FOR-Mar e ao IEFP, enquanto proprietário, da possibilidade de utilização das instalações para poder acolher algumas turmas da Escola Navegador Rodrigues Soromenho e da parte da FOR-Mar não tinha havido nenhum inconveniente mas da parte do IEFP não tinha havido abertura para essa cedência. Disse que mesmo nessas conversações com o IEFP, a Câmara se havia comprometido, não a fazer a reabilitação do edifício mas a fazer as obras necessárias para que pudesse ser utilizado com as turmas da Escola Navegador Rodrigues Soromenho durante o ano letivo que estava previsto e, era sabido que o edifício, em 2019/2020 ainda estaria mais danificado do que em 2018 aquando destas *démarches* junto da Tutela, ou seja, o primeiro piso já estaria encerrado por questões de segurança. Mais uma vez, aquilo que tinha sido dito pelo IEFP era que estavam previstas algumas intervenções e que depois de garantida essa segurança, a CMS iria aferir dessa disponibilidade. O Presidente disse que já se estava em 2021 e que esta Carta tinha tido a ver com uma questão que tinha chegado também por parte, sobretudo, dos setores ligados à Pesca e de algumas Entidades do setor, sobre alguma informação que teria “corrido” de que o FOR-Mar aventava a possibilidade de deslocalização das suas instalações de Sesimbra para as instalações de Setúbal, o que não fazia qualquer sentido, pois em Sesimbra é que estava o grosso da pesca desde a zona Centro até ao Algarve.-----

-----Disse também ter tido oportunidade de contactar com a Diretora do FOR-Mar e que não obtivera qualquer resposta por escrito apesar de o ter solicitado. Sem ter tido uma confirmação oficial de que estaria

Ata nº 43 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

em curso a possibilidade de transferência da operação do FOR-Mar para outras instalações que não em Sesimbra e tinha-lhe sido dito que havia um problema de segurança no edifício e que a FOR-Mar estava com preocupações relativamente aos seus funcionários com a continuidade de funcionamento naquelas instalações. -----

-----Em relação ao Tribunal de Sesimbra, disse não ter havido nenhuma resposta à última missiva, tendo sido enviados, reiteradamente, pedidos de informação sobre as condições e o ponto de situação relativamente a este Processo e recordou que, em 2019, a CMS havia remetido ao IGFEJ (Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça), o Projeto de Execução totalmente pronto com as medições e estimativa de custos para lançar o Procedimento. Porém, era necessária a existência de uma Portaria de Extensão de Encargos, uma vez que se tratava de compromissos plurianuais e que a informação que a Câmara tinha por parte do IGFEJ era que a Portaria tinha sido solicitada em 2019, 2020 e 2021 mas que não era publicada. Estava-se a protelar uma questão na qual a Autarquia se tinha empenhado para cumprir os prazos previstos no Protocolo, mas contudo, não havia nenhum “fumo branco” relativamente à possibilidade de construção do Tribunal de Sesimbra. -----

-----Quanto à questão do número de cidadãos que tinham recorrido à linha de apoio psicológico, disse não ter esses números mas que com toda a certeza que os serviços os teriam.-----

-----Sobre as questões colocadas pelos Deputados João Rodrigues e Paulo Caetano em relação às Variantes Nascente-Sesimbra e Maçã- Pedreiras, disse tratar-se de dois traçados previstos no atual e futuro PDM e que neste momento, era necessário consolidar um estudo prévio para incluir naquilo que era a proposta de Revisão do PDM. Este atraso prendia-se com uma questão que para a CMS também tinha vindo a ser difícil de gerir com a CCDR-LVT (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo) a qual dizia respeito à estabilização dos limites da REN (Reserva Ecológica Nacional) no Concelho e que já tinha sido feita esta concertação e que com a Legislação que tinha saído em meados de 2020, eram pedidos mais Estudos depois de tudo o que já tinha sido realizado e que era, neste momento, o que estava mais em atraso, relativamente à questão do PDM.-----

-----Em relação ao reforço das equipas permanentes do grupo de Bombeiros ser uma questão conjuntural ou estrutural, disse que era uma questão estrutural que já estava identificada antes da pandemia. O problema que subsistia era que o número de 5 elementos era insuficiente e que teria de haver 100% de disponibilidade para situações de socorro e emergência, durante 24 horas, 365 dias por ano. O subjacente aos Protocolos anteriores era que a Câmara assumia estes encargos para uma equipa de 5 bombeiros permanente, partindo do pressuposto que uma das missões dos Bombeiros Voluntários era, de

Ata nº 43 – Mandato 2017-2021





## Assembleia Municipal de Sesimbra

facto, o socorro e emergência e que não era apenas com estes 5 que a CMS financiava, para a equipa de permanentes que resultavam da Portaria que regulamentava a Lei de Bases da Proteção Civil, que funcionava durante 7 horas por dia, cinco dias por semana e que estava vocacionada para a questão dos incêndios rurais e urbanos. Esta equipa seria sempre reforçada, pois nunca seria suficiente apenas com 5 elementos e que ao longo dos últimos anos se tinha verificado que devido à insustentabilidade dos próprios Bombeiros, muitas vezes estava associada aos atrasos de pagamentos, fosse do INEM, dos Centros Hospitalares, ou dos transportes de doentes. Muitas vezes e, em detrimento de estarem em disponibilidade, estavam sempre a fazer estas atividades por forma a irem buscar o maior número de recursos financeiros para permitir essa mesma sustentabilidade. Referiu que aquilo que a Autarquia tinha feito agora já vinha no seguimento de uma conversação de há 2 anos que tinha a ver com a estabilização de uma equipa que tinha de ficar em regime de permanência para o socorro de emergência, funções da Proteção Civil Municipal, sem prejuízo de outras funções como o transporte de doentes que sendo importante do ponto de vista da população, não era exclusiva dos Bombeiros, podendo haver recurso a outro tipo de empresas. Disse ainda ter havido alterações sobre o reporte de execução financeira que teria de ficar associado e que resultava de um conjunto de recomendações do Tribunal de Contas, não à CMS mas a outros municípios, mas sobretudo, para garantir que ao longo de 365 dias no ano, haveria 27 elementos por dia (3 turnos de 9 elementos), que estariam disponíveis sempre que houvesse alguma ocorrência deste âmbito, no Concelho de Sesimbra, sem pôr em causa esse mesmo socorro. Acrescentou que antes da pandemia, houvera alturas em que tinha sido preciso uma viatura dos Bombeiros e andava a ser feito outro tipo de transporte de doentes e que tinha sido preciso que a CMS estabilizasse esta situação com os Bombeiros Voluntários. -----

-----Relativamente à questão do Parque Augusto Pólvora e o Parque da Vila e esta dicotomia de estar aberto ou fechado, disse que o Parque Augusto Pólvora estava fechado desde a mesma altura do Parque da Vila e que estavam os dois abertos antes do estado de emergência, sendo que o Parque Augusto Pólvora teria condicionantes de utilização, nomeadamente nos equipamentos desportivos, no parque infantil e no *skate park*, tal como estavam também vedados no Parque da Vila e que neste momento, os dois Parques estavam encerrados. -----

-----Sobre a questão do Plano de Vacinação e Planeamento, disse que esta matéria havia sido, durante o dia de hoje, alvo de ponderação da sua parte e do Vereador da Proteção Civil, não tendo sido ainda obtida qualquer resposta à missiva colocada esta manhã o que se passava neste momento era que havia uma grande desorganização e desinformação relativamente a esta questão da vacinação. Referiu que tinha sido

Ata nº 43 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

prática não fazer política com esta situação pendente e que esta situação tinha sido muito partilhada entre os Presidentes de Câmara da AML (Área Metropolitana de Lisboa) e que se tinha assistido, particularmente nos últimos tempos e com as circunstâncias desta última vaga, a alguma desinformação, coisa que não tinha acontecido durante a primeira fase da pandemia, em que tinha sido feita uma articulação muito colaborativa e ponderada entre os próprios municípios. Disse que neste momento era sentida alguma falta de planeamento e que era perceptível que havia uma questão que provavelmente podia influenciar esta falta de planeamento e que tinha a ver com a disponibilidade de vacinas que iam chegando aos Agrupamentos dos Centros de Saúde. Havia questões para além do foro do planeamento e de opções que se deveriam tomar e que na opinião da CMS deveriam ser alteradas e não faziam qualquer sentido, pois os Autarcas não eram sequer convocados para poderem participar nessas decisões ou, pelo menos, partilhar e contribuir para que as questões pudessem ser resolvidas da forma que fosse considerada a mais razoável do ponto de vista da população. -----

-----O Presidente disse que no passado dia 08, tinha sido solicitada, pelo ACES-Arrábida (Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida), a maior celeridade na montagem do Centro de Vacinação na Quinta do Conde, que teria de ser numa instalação robusta e ampla, com 8 *boxes*, para que tivesse início uma vacinação mais massiva neste critério de prioridades que estavam, neste momento, em curso e que já estavam identificados mais de 1.000 utentes da freguesia da Quinta do Conde. -----

-----Disse que a escolha da Quinta do Conde já estava indicada e era perceptível e perfeitamente justificável, tendo a ver com o número de cidadãos que reuniam este critério e que posteriormente se avançaria para a criação de Centros de Vacinação nas outras duas freguesias do Concelho. Era certo que não tinha havido vacinação inicial na semana passada por não haver vacinas disponíveis, tendo-se iniciado hoje, três semanas depois daquilo que estava inicialmente previsto. Disse ainda que já na sexta-feira, a CMS também havia sido confrontada com uma nova informação. Primeiro, porque era importante perceber-se quem eram as pessoas que precisavam de ser transportadas para os Centros de Saúde e que a Câmara já se tinha disponibilizado para o efeito e que continuaria a fazê-lo, pois esses dados ainda não tinham sido dados. A segunda questão era que mesmo com a ausência da informação anterior, estavam a ser convocadas, nos últimos três dias, as pessoas das freguesias de Santiago e Castelo para serem vacinadas no Centro de Vacinação da Quinta do Conde, quer fosse a primeira ou a segunda toma, tendo havido uma recusa de um certo número de pessoas, sobretudo justificadas, não com a questão de terem de ir à Quinta do Conde mas pela ausência de transportes que isso acarretava e aos encargos que poderiam ocorrer se fossem de táxi. O Presidente disse que hoje, a CMS havia feito uma proposta ao ACES-Arrábida e que tinha

Ata nº 43 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

percebido que, nesta fase, havia apenas uma equipa de vacinação disponível para o Concelho de Sesimbra e que a mesma só era reforçada com os Centros de Saúde, eventualmente, com os próprios recursos existentes nessas Unidades e que a proposta da Câmara tinha sido a criação de um Centro de Vacinação no Castelo e outro em Santiago e que pudesse haver dias disponíveis para essa equipa, pois até ao final desta semana, esses Centros teriam condições para entrar em funcionamento, dado que a parte da logística estava toda assegurada pela Câmara Municipal.-----

-----Em relação ao Santuário do Cabo Espichel, disse que no final de janeiro, tinha tido um contacto com a Secretária de Estado do Turismo e que o acertado tinha sido de manter a intenção da presença do Presidente da República e que até ao final do mês de março seria lançado o Concurso do REVIVE. -----

-----Sobre as questões colocadas pela Deputada Paula Rodrigues relativamente à Lagoa de Albufeira, o Presidente disse que já estava tramitado um Processo relativamente ao contrato interadministrativo entre a CMS e a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) e que havia uma verba recebida pela Câmara em 2019 e que entretanto também serviria para o ano de 2020 porque não tinha sido totalmente esgotada com o Concurso para a abertura da Lagoa e que, tendo em conta as aberturas do ano passado e do ano anterior, o que estava articulado com a APA era não abrir-se na tradicional Sexta-feira Santa mas sim um mês ou mês e meio mais adiante porque aquilo que se tinha visto era que as aberturas feitas mais tardiamente, tinham aguentado muito mais do que aquelas que eram feitas na Sexta-feira Santa e que se apontava para a segunda semana de maio. -----

-----Em relação à questão do Protocolo com os Bombeiros, disse que não era para a deslocalização do Quartel mas de colaboração, onde a grande parte tinha a ver com o financiamento do município à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sesimbra, tendo sido entendido, por mútuo acordo, a deslocalização do Quartel para a freguesia do Castelo, junto ao Parque Augusto Pólvora, estando plasmado na assinatura deste Protocolo, o compromisso do município em avançar com o estudo prévio para a reconversão urbanística das parcelas (propriedade dos Bombeiros), algumas delas pertencentes ao município, na zona do quartel de Sesimbra e zonas limítrofes e ainda a responsabilidade dos BVS quanto à alienação dessas parcelas e o modelo de financiamento que adviria dessa mesma operação urbanística.

-----Sobre as questões levantadas pelo Deputado José Guerra, disse que se confirmava a questão do saneamento e algumas ruas que ainda não estariam interligadas e que tinha a percepção que nas áreas do Zambujal, Pinheirinhos e Azóia, neste momento, ainda não tinha sido efetuada nenhuma ligação ao saneamento, pois obrigava a que houvesse o envio de um ofício para todos os proprietários, havia uma taxa de reforço de infraestruturas que tinha de ser liquidada. Havia também uma testagem das condutas

Ata nº 43 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

que tinha que ser realizada por parte da empresa e estações elevatórias que tinham de estar a trabalhar e que havia ainda um conjunto de moradias que não estavam ligadas devido à “*décalage*” entre a construção e a possibilidade de ligação e outras que poderiam acontecer em todo o Concelho e que tinha a ver com soluções de ligação que muitas vezes também não eram estabilizadas entre o município e os próprios proprietários.-----

-----Relativamente à questão sobre a relação Covid/trabalhadores, disse não ter consigo a informação de quantos, à data de hoje, estariam em teletrabalho e quantos estariam em regime de trabalho presencial. Disse haver uma “Ordem de Serviço” muito complexa sobre esta matéria mas que havia muitas oscilações nos últimos tempos que tinham a ver, essencialmente, com a regra geral que quem tinha funções que pudessem ser executadas em regime de teletrabalho cujos meios o permitissem, deveriam estar em teletrabalho e que quem não tivesse funções que o permitisse, não o fazia. Havia uma “*nuance*” que, mesmo aquelas funções que pudessem estar em teletrabalho, associadas a um determinado Serviço ou Unidade Orgânica, teria de se manter, pelo menos uma ligação presencial, muitas vezes em regime de rotatividade para que serviço estivesse sempre disponível. Disse haver serviços a funcionar em sistema de rotatividade semanal, outros a trabalhar em horários desfasados e que não havia uma metodologia igual, conforme as características de cada um desses Serviços. Referiu que se tinha notado no final do mês de fevereiro era que muitas vezes tinha sido necessário oscilar ao inicialmente previsto, quer em teletrabalho, quer em regime presencial, sobretudo na parte técnica e administrativa, tendo em conta que tinha havido um conjunto de trabalhadores que tinham estado em isolamento profilático porque o colega tinha estado infetado e que se estivessem todos em teletrabalho. Era necessário que uma pessoa pudesse estar sempre em regime presencial durante os 14 dias de isolamento dos seus colegas. A última informação sobre o número de testes Covid realizados era de 600 mas o Vereador Francisco Luís poderia dar uma melhor informação sobre essa matéria.-----

-----Em relação às questões levantadas pelo Deputado Paulo Caetano sobre o Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas (PLAAC) da Arrábida, disse que incluía três Planos entre Sesimbra, Setúbal e Palmela e que já tinha sido adjudicado o consórcio e que neste momento estava em curso, estimando-se a sua conclusão em agosto de 2022 e que incluía a Universidade de Lisboa e Universidade Nova como parceiros, para além da Agência de Energia da Arrábida, que era a Entidade Coordenadora, juntamente com os três municípios. Referiu que este Plano resultaria da base do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas e que, relativamente às dunas do Meço, disse que esta situação tinha sido enviada para a APA e que se tratava de uma situação recorrente e que a denúncia feita era uma constatação que a

Ata nº 43 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

CMS tinha, infelizmente, todos os dias. Esta questão resultava, por um lado, por falta de fiscalização e por outro, a exemplo daquilo que acontecia com a Mata da Amieira na Lagoa de Albufeira, em que 90% era propriedade do Estado e estaria sob gestão do ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e Florestas) e que já há quase 15 anos que a CMS solicitava ter a gestão daquele espaço para implementação da área protegida local mas continuava a aguardar pelo ICNF sobre a possibilidade da Câmara Municipal poder intervir com a colocação de vedação, barreiras para evitar a passagem de viaturas e criar até, alguma forma de fruição controlada de toda aquela área. Era verdade que, quer do ponto de vista do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), quer do ponto de vista dos vigilantes da Natureza, quer as situações do ponto de vista da orla marítima sobre a esfera da APA, era difícil de controlar e só seria possível mesmo com um reforço da fiscalização e era verdade que, cada vez mais, estes acessos deviam ser interditados ao uso automóvel. Ou se obrigava a Entidade de estorno, no caso do Parque Natural da Arrábida, a que os proprietários o pudessem fazer, o que a Câmara já tinha articulado com alguns proprietários da Costa Sul a poder intervir com validação por parte do ICNF, deixando portas-de-homem que possibilitassem o usufruto via bicicleta ou via pedonal e não possibilitasse a passagem de viaturas. Referiu que essa era uma situação dramática, sobretudo na Costa Norte mas que na Costa Sul havia situações dramáticas, sobretudo com descargas de entulho por todo o Parque Natural da Arrábida e, em rigor, eram os proprietários que depois eram chamados à coação e regularização dos entulhos existentes nos seus terrenos, o que não fazia muito sentido. Disse que a CMS e o próprio, já haviam sido confrontados com o encerramento automóvel a alguns desses acessos mas que não havia outra forma de o evitar. -----

-----Em relação às questões sobre a reunião do Novo Banco e a empresa *Greenwoods*, disse que esta Entidade Bancária era proprietária da *Greenwoods* e que neste momento, não havia nada de novo, a não ser o pedido de loteamento para as parcelas que estavam neste momento em apreciação na Câmara Municipal, a qual ainda não tinha sido dada nenhuma resposta da Autarquia ao promotor. -----

-----Relativamente à alteração do trânsito na Venda Nova, disse que o Vereador Sérgio Marcelino poderia responder mas que a única informação que tinha era que a mesma havia resultado de solicitações por parte dos moradores. -----

-----Sobre o incêndio ocorrido na Aiana, disse que estava a ser feito um levantamento em articulação com a Entidade Reguladora para o Setor Energético, que tinha até mais informações do que a CMS sobre os depósitos de gás e que havia licenciamentos da responsabilidade do Município, tendo em conta a tipologia, as áreas e o número de metros cúbicos de gás, havia outras licenças que eram da

Ata nº 43 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

responsabilidade da própria Entidade Reguladora e que havia ainda outra vertente que era menos de 500 metros cúbicos que eram isentas de licenciamento e só tinha de se cumprir as regras que estavam previstas no Diploma da Segurança. O Presidente acrescentou ter conhecimento de que tinha sido levantado um processo de contraordenação e que se tratava de um depósito que deveria ser sujeito a controlo prévio e que não o havia solicitado e a própria Entidade Reguladora se preparava para fazer o levantamento do auto de contraordenação mas que estava articulado com a Câmara que houvesse um relatório bipartido para se aferir o que havia no Concelho de Sesimbra, para depois se poder agir em conformidade.-----

-----Foi cedida a palavra à **Vice-presidente da CMS**, que cumprimentou todos os presentes e, relativamente às questões colocadas, disse que relativamente ao apoio psicológico e emocional, havia uma linha aberta desde o ano passado que não tinha chegado a ser encerrada, apesar do período de desconfinamento no final de 2020, tendo-se mantido sempre em funcionamento, embora com pouca procura, não significando que não houvesse necessidade de muitos munícipes por esta situação dado o isolamento e situação que estavam a passar em termos de pandemia mas era um facto que não havia a procura correspondente áquilo que era a intuição da Autarquia em relação à necessidade. Por esse motivo, tinha sido mais publicitado os números de contato para apoio e a informação que tinha era que os números haviam sido reforçados no *site* da Câmara e em todos os órgãos de divulgação da própria Autarquia e também nas escolas, até porque muita desta linha de apoio funcionava também para alguns alunos das escolas e as suas famílias. Após este reforço, tinha havido mais procura mas a intuição que todos tinham nos serviços da Ação Social, a estrutura orgânica responsável por este apoio, é que esta linha era menos procurada e que, eventualmente, haveria necessidade de reforçar a divulgação dos números de telefone para os quais as pessoas poderiam contactar, número este que estava aberto durante todo o dia, incluindo os fins-de-semana mas era um facto que a necessidade não correspondia áquilo que seria a necessidade e teria que se pensar noutras formas de divulgação destes mesmos números.-----

-----Em relação à reunião com o “Aldi” disse haver a intenção da instalação de uma grande superfície na Augi 41, e que neste momento, o Projeto de arquitetura já tinha sido apreciado pela Câmara e neste momento, estava-se a trabalhar também no Projeto de especialidades e que esta própria infraestrutura iria criar uma rotunda que fazia também a ligação de acesso, quer à própria estrutura da grande superfície, quer também à entrada Augi com a ligação da EN 10 de Junho. Neste momento, estava-se a tentar definir quais as obras de infraestruturas externas ao próprio equipamento que a Câmara estava a exigir ao nível do melhoramento, sobretudo ao nível da rede viária e também dos acesos e de alguma pavimentação dentro da área da própria Augi 41. A Vice-presidente disse que tinham sido realizadas reuniões

Ata nº 43 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

acompanhadas pela própria Comissão de Administração da Augi e acreditava que durante este ano, teria início a construção desta grande superfície. -----

-----Relativamente às Variantes, disse que estavam previstas no Plano de Acessibilidades ao concelho de Sesimbra e que neste momento, estavam a ser transferidas para o PDM, fazendo parte de um dos processos de trabalho de uma fase de conclusão do PDM e até, para de alguma forma, consolidar os estudos que, tal como era do conhecimento dos deputados, aquando da realização da reunião da AMS para apresentação do ponto de situação do PDM, uma das propostas para o remate da Avenida da Liberdade era também a deslocação da central de camionagem de onde se encontrava hoje para o topo da avenida, a Variante de Sesimbra nascente, fazendo a ligação a toda a área nascente, que faziam parte deste estudo de deslocação e de remate da avenida. Referiu que estas Variantes estavam previstas no PACS (Plano de Acessibilidades do Concelho de Sesimbra) -----

-----Tomou do uso da palavra o **Vereador Francisco Luís** que cumprimentou todos os presentes e disse que a Câmara Municipal estava a aplicar testes desde o dia 07 de janeiro, tendo sido já aplicados 600 testes aos trabalhadores da CMS, nomeadamente dos serviços prioritários e essenciais. Disse ainda que dos testes aplicados, 11 haviam sido positivos, dando origem a que a pessoa entrasse em isolamento e contactasse a Linha Súde24 que emitia uma declaração de isolamento profilático até à marcação do teste PCR (*Polimerase Chain Reaction* - Reação em Cadeia da Polimerase) e resultado do mesmo. Referiu que a vantagem de os testes serem realizados pela Câmara, podia identificar, precocemente, algum caso positivo entre os trabalhadores da Autarquia, e de imediato entravam em isolamento. A complementar a informação dada pelo Presidente da Câmara, e relativamente à vacinação, o Vereador disse que, quer na Freguesia do Castelo, quer na Freguesia de Santiago, estavam identificados os sítios, que já tinham sido visitados, tendo também já sido agilizada uma montagem rápida, caso fosse necessário, para que estes espaços identificados tivessem todas as condições. Disse haver duas tipologias de espaços, quer em Santiago, quer no Castelo e que era a Câmara Municipal quem estava a forçar a Direção do ACES-Arrábida a montar os postos de vacinação em ambas as Freguesias. Disse ainda que por parte do ACES, o Centro de Vacinação da Quinta do Conde seria suficiente, complementado pela planificação das USF's do Castelo e Santiago que, do ponto de vista da Câmara Municipal, não reunia as melhores condições dando origem a situações de pessoas que estavam a ser convocadas para ir fazer a vacinação à Quinta do Conde, com todos os inconvenientes que esta metodologia tinha. Disse haver duas tipologias de espaços e que se se quisesse um espaço maior e mais amplo, tinha-se o Grupo Desportivo de Sesimbra, em Santiago e também a Sala Polivalente da Biblioteca Municipal. Na Freguesia do Castelo, havia também espaços identificados, sendo

Ata nº 43 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

eles o Pavilhão de Sampaio, o Centro Cultural “Raio de Luz”, o CAIES em Santana, o Pavilhão do Grupo Desportivo de Alfarim e o Espaço Zambujal. Referiu que mediante aquilo que fosse as condições impostas, a Autarquia escolheria aqueles que mais se adequassem às orientações dadas.-----

-----Em relação à Entidade Nacional para o Setor Energético, o Vereador disse que a mesma havia “mandado” uma equipa para o terreno e que tinha estado presente nas perícias realizadas e nas diligências tomadas, nomeadamente até com a Polícia Judiciária também no local, tendo dado origem a um relatório da Proteção Civil Municipal, da Entidade nacional para o Setor Energético e da Guarda Nacional Republicana.-----

-----Interveio o **Vereador José Polido**, que cumprimentou todos os presentes e, relativamente às questões colocadas pelo Deputado Lobo da Silva, disse que o valor não recebido referente às taxas, licenças e tudo aquilo a que a Câmara tinha direito a receber e que estava escrito no Orçamento, era superior a estes porque os dados atualizados referentes a novembro seriam de 430.000€ nas águas, 846.000€ repartidos por feiras e mercados, ocupação da via pública, publicidade, Serviços Sociais, Parques de estacionamento, Parque de Campismo e Prolongamentos de Horário, perfazendo um total de 1 milhão e 300 mil euros, sendo esta a receita que a Autarquia tinha deixado de receber em novembro. Para além disto, a CMS também já tinha despendido cerca de 1.726.000€ com o Covid-19, e com 1.900.000€ de custos diretos mais a receita não arrecadada de 1.300.000€, tal como havia referido anteriormente, estando a falar-se de valores acima dos 3 milhões de euros.-----

-----Relativamente às restantes questões relacionadas com as dívidas a curto, médio e longo prazo, disse que no final do ano, estava-se com uma dívida de médio/longo prazo à Banca Comercial de 11.189.000€ e que aos fornecedores e credores, a dívida era de 2.949.000€, ou seja, a Autarquia tinha uma dívida global de cerca de 14 milhões de euros. Referiu que também o saldo de gerência que passava para o ano seguinte era de 3.639.617,34€.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Vereador Sérgio Marcelino**, que cumprimentou todos os presentes e relativamente à questão das calçadas, disse que, principalmente na Vila de Sesimbra, haviam sido lançadas há alguns anos atrás, umas experiências com uma mistura de tipos de calçada, tendo essa experiência sido considerada um sucesso por parte dos utilizadores. Referiu que havia zonas em que a calçada era mais problemática, causando alguns acidentes, não só na população mais idosa mas principalmente a quem regularmente visitava a Vila. Disse que em consequência de uma série de investimentos que estavam a acontecer, tinha-se acabado por não executar essas calçadas nos locais onde eram necessárias e não só, também os acessos em todas as zonas mais inclinadas. Disse que o problema estava identificado e que

Ata nº 43 – Mandato 2017-2021





## Assembleia Municipal de Sesimbra

tinha havido alguns constrangimentos para a concretização desses investimentos e que para além dos mesmos, que eram da responsabilidade do município, direta ou indiretamente, havia também uma série de investimentos privados que também iam condicionando estas ações de uma certa forma. Salientou que estavam identificadas para este ano ainda, as zonas mais problemáticas onde teria de se intervir, não com a execução dos funcionários da Autarquia, tendo em conta todo o trabalho a desenvolver no Concelho. Em relação à alteração na postura do trânsito, disse que existiam algumas ideias mas que antes de serem implementadas, teria de se executar primeiro as obras que estavam a ser desenvolvidas. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Rui João Rodrigues**, que cumprimentou todos os presentes e disse que tinha visto uma notícia num jornal *on-line*, sobre uma visita que os Deputados do Partido Socialista haviam feito ao distrito de Setúbal, onde tinham estado reunidos com diversas Entidades da Saúde, nomeadamente com o ACES-Arrábida, também o responsável da Sede Concelhia do PS. Disse que nessa notícia, a única linha referida sobre o Concelho de Sesimbra era que o Centro de Saúde de Sesimbra já se tinha iniciado e que as obras avançavam a um bom ritmo. Disse ter ficado preocupado porque não tinha havido nenhuma referência ao Centro de Saúde da Quinta do Conde e gostaria de perguntar qual o ponto da situação deste Centro de Saúde. -----

-----Interveio o **Deputado José Guerra** que disse também ter perguntado se estava decidido quem é que iria explorar a indústria hoteleira no Santuário do Cabo Espichel. Relativamente ao Vereador José Polido, explicou que havia pessoas idosas, a morar sozinhas com carências económicas mas que tinham animais de estimação que sempre haviam tido a sua companhia, e perguntou se, neste momento, o Serviço Veterinário da CMS poderia assegurar as vacinas desses animais. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias** que pediu um esclarecimento, face às questões colocada sobre o acidente com o depósito de gás. O Deputado disse que o Presidente da CMS havia referido que a Entidade que estava a acompanhar a Proteção Civil seria a ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos) mas que o Vereador tinha mencionado a ENSE (Entidade Nacional para o Setor Energético e perguntou, exatamente, qual das duas é que estava fazer este trabalho.-----

-----Interveio o **Deputado Lobo da Silva** que perguntou em que fase é que se encontrava a construção do Hospital do Seixal, como estavam a decorrer as obras do novo Centro de Saúde de Santiago, como estava a situação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, o posto da GNR da Quinta do Conde e ainda a Escola Secundária da Quinta do Conde. Disse que estas, eram questões que, no ano de 2011, 2012 e 2013, outras forças políticas questionavam o Presidente da Câmara mas que hoje, era o próprio a questionar, para quando a realização e inauguração destes equipamentos que faziam muita falta ao Concelho. -----

Ata nº 43 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano** dado que o Vereador Sérgio Marcelino se teria esquecido de referir a alteração de trânsito na Venda Nova, e a ideia que tinha era que os moradores destas zonas teriam sido ouvidos ou consultados sobre tal e neste caso particular que seria presente à reunião de Câmara na próxima quarta-feira, tinha a sensação que os residentes não teriam sido auscultados. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da CMS** que, sobre as questões levantadas pelo Deputado Lobo da Silva, disse que a Autarquia estava há dois meses à espera de uma reunião com a Secretária de Estado, desde a publicação da Portaria de Encargos da Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho e que se a obra não tivesse parado, neste momento, estar-se-ia a lançar o Concurso para a 2ª fase. Quanto ao Posto Territorial da GNR, disse ter havido uma adenda ao Protocolo, com a alteração da localização que estava inicialmente prevista e que tinha sido presente à reunião da Câmara Municipal há cerca de um mês e que neste momento, as três equipas Técnicas, a Secretaria-geral do MAI (Ministério da Administração Interna), o Comando Nacional da GNR e a Câmara Municipal de Sesimbra estavam a estabilizar o Programa para a elaboração do Projeto e era esperado que, pelo menos até ao final do ano de 2021, este Projeto, ao abrigo do Protocolo, estivesse concluído para, em 2022, poder ser lançado o Procedimento para a construção já prevista no Protocolo. O edifício ficaria na posse do município e seria financiado a 100%, sendo que a opção da Autarquia tinha sido que o Projeto de Arquitetura fosse feito internamente e que seria assinado um contrato para a utilização deste edifício. Relativamente à Escola Navegador Rodrigues Soromenho, disse ter sido recebido durante o dia de hoje, as novas medições por parte dos Projetistas, quer da Arquitetura, quer de especialidades, para poder ser lançada uma consulta preliminar a 8 empresas, com o acompanhamento jurídico e que havia margem, do ponto de vista legal, para se poder fazer um ajuste direto depois desta consulta. Referiu que estas medições se situavam entre os trabalhos efetuados e os trabalhos que era preciso recuperar e que há um mês atrás, a intenção da Câmara era que nesta altura já estivesse tudo preparado para o lançamento desta consulta preliminar e que se tentaria fazer nos primeiros quinze dias de março, esperando que até ao final de março/ mês de abril, houvesse as condições para a adjudicação da obra, uma matéria que ainda teria de ser presente ao Tribunal de Contas e que se tudo corresse bem, no início de maio, poderia ter-se a retoma da construção deste equipamento escolar. -----

-----Em relação às obras do novo Centro de Saúde de Santiago, disse que decorriam ao ritmo normal e que havia um bom profissionalismo da empresa, tendo havido uma suspensão dos trabalhos entre o final do ano e início de janeiro, durante cerca de 15 dias e que tinha tido a ver com a substituição de uns postes

Ata nº 43 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

de iluminação por parte da EDP Distribuição que agora era “E-REDES” e que já estavam pedidos há cerca de 1 ano e que só depois de muitas diligências por parte da Câmara é que se tinha conseguido fazer essa alteração da localização destes postes de baixa tensão e que neste momento estava a decorrer a bom ritmo e que se tudo decorresse normalmente, estar-se-ia a falar de uma derrapagem de 15 dias face ao programa inicial que era de 500 dias do calendário para a execução da obra.-----

-----Sobre a questão do Hospital do Seixal, o Presidente disse que não tinha mais nenhuma informação e sabia haver atrasos. Referiu que a boa notícia era que o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) na área da Saúde contemplava a aquisição de equipamento para o Hospital do Seixal e que teria de ter uma execução até ao final de 2026, significando que o Hospital teria de estar pronto até essa altura. Se fosse considerado que no Plano de vista do Governo haveria condições para o equipamento para este Hospital vir no PRR, deduzia que havia condições para que estivesse pronto até 2026 mas que esta era só uma suposição face aos factos que estavam “em cima da mesa”.-----

-----Relativamente à questão colocada pelo Deputado Sérgio Faias, disse ter sido a ENSE (Entidade Nacional para o Setor Energético) a Entidade que tinha acompanhado todo este procedimento e que tinha ficado, para além de elaborar um Relatório juntamente com a CMS, também de elaborar um Relatório mais abrangente sobre a situação relativamente a depósitos de gás no Concelho que eram conhecidos, para depois se agir em conformidade com o licenciamento, ou não, e também a fiscalização daqueles que estavam isentos de controlo prévio.-----

-----Em relação às questões colocadas pelo Deputado José Guerra sobre a questão das pessoas idosas com animais de estimação e a possibilidade de vacinação ou esterilização, disse não saber se havia algum enquadramento e que a vacinação decorria das campanhas de vacinação do ponto de vista do Gabinete Médico-Veterinário mas até ao momento, não tinha chegado qualquer pedido por parte dos cidadãos.----

-----Quanto à questão do Santuário do Cabo Espichel, disse que se o Concurso fosse só em março, nunca se poderia saber quem iria ficar com esta exploração antes do mesmo decorrer e só depois desta tramitação e com a apresentação de propostas é que seria conhecido o vencedor.-----

-----Ainda sobre a questão do Centro de Saúde da Quinta do Conde, disse que a informação que tinha da ARS-LVT era que o Projeto estava concluído e que até há um mês atrás estava a ser feita a revisão do mesmo para os procedimentos pré-contratuais e que se estava pendente de uma coisa chamada PEE (Portaria de Extensão de Encargos) e era certo que esta intervenção tinha uma garantia de financiamento a 50% com a revisão, feita recentemente, dos Projetos cofinanciados pelos Fundos Comunitários e que a

Ata nº 43 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

CMS tinha disponibilizado os lotes, com uma zona confinante para ampliação da USF, nas instalações do antigo Centro de Saúde da Quinta do Conde.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Vereador Sérgio Marcelino** que disse que a referida rua, a Rua dos Cedros, tinha um problema que era comum a muitos locais onde existiam moradias com esta característica como ruas com dois sentidos, vivendas bifamiliares, e que não existiam lugares de estacionamento, criando um problema com aquelas pessoas que colocavam as suas viaturas dentro das suas garagens e que acabavam por ter alguma dificuldade em retirá-las. Referiu que ao ser criada a situação de uma rua de sentido único, segundo o Código da Estrada, era permitido o estacionamento do lado direito, o lado oposto às entradas e saídas das viaturas. Disse que esta proposta tinha sido feita a nível experimental e que havia munícipes que concordavam, outros que não, e outros que até haviam feito esse pedido e que se corresse bem, seria para manter.-----

-----Tomou novamente do uso da palavra, o **Vereador José Polido** que, relativamente à questão colocada pelo Deputado José Guerra, disse que não tinha conhecimento de nenhum destes casos identificados pelo Deputado. Disse que era também necessário comprovar-se que estas pessoas tivessem carências económicas e agradeceu que o Deputado, caso tivesse a informação de alguém nestas condições, o reportasse à Câmara Municipal para depois, internamente, a situação poder ser averiguada.-----

-----Interveio a Vice-presidente da CMS que disse que desde o início da pandemia, a CMS, através dos seus serviços, distribuía não apenas cabazes e comida a agregados familiares identificados com carências mas também rações animais a agregados onde estavam identificadas situações em que estes agregados tinham baixos rendimentos e que necessitavam de apoio a esse nível.-----

-----Teve início o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, **“Atribuição do Prémio Espichel 2021”**, e a **Presidente da AMS** começou por dizer que na continuação do ato que se realizou em presença de todos os Deputados no passado dia 25 de fevereiro (quinta-feira), agora iria-se fazer a abertura da urna e a contagem dos respetivos votos.-----

-----Após a verificação dos votos, a Assembleia Municipal deliberou, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, na qualidade de Júri de Seleção nos termos do art.º 7.º do Regulamento do Prémio Espichel, e por escrutínio secreto, atribuir o Prémio Espichel 2021:-----

-----Na “Área Ciência” a **Diogo Tecelão**, tendo em conta o fundamento constante da respetiva Candidatura;-----

-----Na “Área Desporto”, à **Associação Desportiva, Cultural e Social da Quinta do Conde – MGBOOS**, considerando o fundamento constante da respetiva Candidatura.-----

Ata nº 43 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A Presidente da AMS passou em seguida a ler a Candidatura A:-----

-----“Em conformidade com o n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento de Atribuição do Prémio Espichel aprovado por unanimidade pela Assembleia Municipal de Sesimbra na sessão ordinária de 12 de dezembro de 2003, e alterado, também por unanimidade, na 2.ª reunião da sessão ordinária de fevereiro de 2007 realizada no dia 26, e na sessão extraordinária de 5 de novembro de 2010, o Júri de Seleção, constituído por todos os membros da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais deliberou a atribuição do Prémio Espichel 2021 na área “Ciência”, a Diogo Tecelão.-----

-----A atribuição do “Prémio Espichel”, promovido por esta Assembleia, tem na génese a promoção e valorização do cidadão enquanto expressão de pessoa singular e ou coletiva, reconhecendo publicamente atos praticados que tenham tido influência direta na vida do Município ou que constituam uma forma de promoção de Sesimbra em Portugal e no Mundo.-----

-----A atribuição da denominação de Prémio Espichel, pretende transmitir a esta distinção a força e simbolismo de um marco importante, que ilumina o Concelho e as suas gentes. Um farol que orienta e garante a segurança de homens e navios. Uma luz que nos projeta no mundo rompendo a força da escuridão.-----

-----A atribuição do Prémio Espichel a Diogo Tecelão baseou-se nos seguintes fundamentos:-----

-----Diogo Tecelão, nasceu em 1995 no Concelho de Sesimbra, e a frase que aparece na apresentação do seu currículo é suficiente para percebermos a forma como vive o trabalho que desenvolve “Choose a job you love and you will never have to work a day in your life”.-----

-----•Fez o Mestrado em Engenharia Biomédica na FCT-NOVA, destacando-se as disciplinas: Eletrofisiologia, Sistemas Sensoriais, Instrumentação Biomédica I, II e III, e Sistemas de Informação Médicos, concluindo com a nota final de 18/20.-----

-----Recebeu a Bolsa de mérito de melhor aluno no 4º e 5º ano do Mestrado.-----

-----•Desenvolveu o Projeto de tese de Mestrado / Investigação no King’s College London, tendo obtido a nota final de 20/20, onde desenvolveu algoritmos inovadores para a predição da fibrilação auricular (uma arritmia cardíaca) com 2 dias de antecedência. Desenhou e implementou ferramentas para a delineação e avaliação da qualidade do sinal ECG, bem como algoritmos para extração de características do sinal, que foram combinados em modelos de inteligência artificial.-----

-----•Na qualidade de Engenheiro de Software & Investigação, na PLUX, Wireless Biosignals SA, foi o responsável pelo desenvolvimento e manutenção do OpenSignals, o software principal da empresa onde

Ata nº 43 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*trabalha, que permite a configuração dos dispositivos da PLUX, a aquisição de sinais eletrofisiológicos, bem como o processamento dos mesmos.* -----

*-----•No Instituto de Medicina Molecular, na qualidade de Investigador Estagiário no Laboratório de Neurociências Biomédicas, estudou o efeito de mutações genéticas nas ativações cerebrais regionais e na conectividade cerebral, utilizando técnicas de processamento e análise de imagens de ressonância magnética funcional. Os resultados foram disseminados através de 2 artigos científicos.* -----

*-----•É Cofundador, Vice-Presidente e Gestor de Projetos da EBIMed, JE, ([www.ebimed.pt](http://www.ebimed.pt)), uma organização sem fins lucrativos que tem como objetivo desenvolver projetos e atividades que promovam a aplicação das competências académicas através do desenvolvimento de projetos multidisciplinares para a resolução de necessidades médicas sem solução. Com a EBIMed foi vencedor do concurso “Almada Jovens TaleRockntos” e prémio de mérito do “in Rio Innovation week”*-----

*-----•Tem uma vasta formação em técnicas de Programação e Instrumentação.*-----

*-----•Destaca-se também pela publicação de vários artigos científicos nas áreas de neurociência e processamento de sinal eletrofisiológico.*-----

*-----•É um jovem Engenheiro Biomédico, residente em Sesimbra, que se evidenciou pelo desenvolvimento de um dispositivo médico inovador para monitorização e caracterização da tosse ([www.c-mo.solutions](http://www.c-mo.solutions)).*-----

*-----Na qualidade de fundador e CEO, desenvolveu o C-mo, um dispositivo médico wearable para a monitorização da tosse de um doente. O C-mo irá permitir aos médicos acelerar o diagnóstico de várias doenças respiratórias (por exemplo, fibrose pulmonar idiopática, DPOC, asma), ajustar a medicação para cada doente, bem como monitorizar a evolução de doenças crónicas à distância.*

*-----O dispositivo estará disponível no mercado em 2021 e irá permitir aos médicos pneumologistas e alergologistas diagnosticar e fazer o acompanhamento dos seus doentes de forma mais eficiente e precisa. O C-mo foi vencedor do concurso “Life Enablers” (2019), e obteve uma bolsa do European Institute of Innovation and Technology “EIT Health Innos tars” (2020), “i3S Health Innovation Prize - COVID19 Edition” (2020) e “Altice International Innovation Award” (2020).*-----

*-----Diogo Tecelão, nascido em 1995, é um jovem já com um currículo único e extraordinário, que orgulha o Concelho e as suas gentes, com mérito reconhecido a nível nacional e internacional, e através do seu saber, investigação e empenho na área da Ciência contribuirá para uma melhor qualidade de vida das populações ao nível dos cuidados de saúde.*-----

Ata nº 43 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Com todos estes pressupostos, é nosso entendimento que deve ser atribuído o Premio Espichel 2021 na área de “Ciência” a Diogo Tecelão com a entrega do quadro a aguarela da autoria de Paulo Ossião.” -

-----A Candidatura anexava um breve currículo.-----

-----“Em conformidade com o n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento de Atribuição do Prémio Espichel aprovado por unanimidade pela Assembleia Municipal de Sesimbra, na sessão ordinária de 12 de Dezembro de 2003, e alterado, também por unanimidade, na 2.ª reunião da sessão ordinária de Fevereiro de 2007 realizada no dia 26, e na sessão extraordinária de 5 de Novembro de 2010, o Júri de Seleção, constituído por todos os membros da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais deliberou a atribuição do Prémio Espichel 2021 na área de “Desporto” à Associação Desportiva, Cultural e Social da Quinta do Conde – MGBBOOS.-----

-----A atribuição do Prémio Espichel tem representado um agraciamento público a pessoas, entidades e organizações, que pelo seu desempenho projetam o Município de Sesimbra no País e no Mundo. -----

-----A atribuição do Prémio Espichel à Associação Desportiva, Cultural e Social da Quinta do Conde – MGBBOOS baseou-se nos seguintes fundamentos: -----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra deliberou, na sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2021, atribuir o Prémio Espichel na Área “Desporto”, à Associação Desportiva, Cultural e Social da Quinta do Conde – MGBBOOS, a qual dedica a sua atividade ao desenvolvimento desportivo, nas modalidades de Hip Hop e ginástica aeróbica desportiva, com reflexos no Concelho, no País e na Europa, obtendo muitas vezes títulos de Campeões Nacionais e Internacionais. Reúne os alicerces da força do movimento associativo, na sua capacidade de congregar hábitos e saberes, merecendo o reconhecimento público pelo empenho de muitos homens e mulheres que ajudam a projetar a Associação e o desempenho dos seus atletas para patamares cada vez mais elevados.”-----

-----A Candidatura anexava um breve currículo.-----

-----A Presidente disse ainda que, infelizmente, pelas razões que todos conheciam (Covid), esta entrega de Prémios não se realizaria no próximo dia 24 de março. Contudo, ao nível do trabalho desenvolvido pela Comissão de Líderes relativamente a esta matéria, foi feito ao longo das várias reuniões mas, realçou a grande disponibilidade de trabalho, o sentido de responsabilidade igualmente assumido por todos e também perante as grandes dificuldades face a um número de hipóteses que seriam ganhadoras mas que, de acordo com o Regulamento, houvera esta limitação. Agradeceu à Comissão de Líderes, a sua prestação e cooperação neste trabalho. Disse não haver ainda uma data marcada para a entrega destes Prémios e que se aguardava que este período de desconfinamento progressivo pudesse dar uma orientação de que

Ata nº 43 – Mandato 2017-2021



## Assembleia Municipal de Sesimbra

a mesma pudesse ocorrer durante o mês de maio, uma vez que tinha sido entendimento de toda a Comissão de Líderes de que este Prémio deveria ter uma Cerimónia presencial e era nessa perspetiva que agora a Assembleia se encontrava, de encontrar um momento e um local que permitissem fazer esta entrega.-----

-----A Presidente aproveitou ainda o momento para informar que, neste momento, estava a ser editada a 2ª Edição do livro “*As Escolas Conde de Ferreira – marco histórico da Instrução Pública em Portugal*”, dada a solicitação, na sua grande maioria, de estudantes ou de pessoas interessadas a nível do País que tinham adquirido este livro através da Biblioteca Municipal e não só. Referiu que esta reedição se dedicava exclusivamente à Escola Conde Ferreira em Sesimbra, a sua história, o seu contexto social, político, associativo, aspetos educativos, pedagógicos e também aquilo que era a sua construção e a sua relação com a Educação no Concelho no período entre o fim do séc. XIX e o princípio do Séc. XX.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias** que, em nome do Partido Socialista, gostaria de congratular os nomeados para o Prémio Espichel 2021. Disse que este conjunto de jovens representava o que de melhor se tinha no Concelho, uma juventude ativa e participativa e sabia que se tinham afirmado, quer na nossa sociedade, quer fora deste meio, projetando para o exterior aquilo que era o Concelho de Sesimbra.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado João Valente**, que cumprimentou todos os presentes e disse que não poderia deixar de realçar as reuniões da Comissão de Líderes, reuniões bastante produtivas e que tal como era sabido, um Concelho riquíssimo na área do Movimento Associativo com reuniões onde tinha sido sempre pautado o respeito e integridade de um Órgão que os Deputados representavam. Referiu ainda que o Concelho não poderia deixar de estar melhor representado do que com o premiado Diogo Tecelão, na área da Medicina. O Deputado disse ainda ser a primeira vez que a freguesia da Quinta do Conde recebia o Prémio Espichel e que o MGBOOS representava muito bem esta freguesia e que continuaria a ser um grande centro de aglutinação de jovens.-----

-----Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o “Período da Ordem de Trabalhos”, e dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

-----Seguidamente, a Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão eram vinte e três horas e quarenta minutos do dia um de março de 2021.-----

Ata nº 43 – Mandato 2017-2021





## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----

Ata nº 43 – Mandato 2017-2021

Assunto: Ata de reunião Assembleia Municipal  
de Sesimbra  
AMS-16/00

Página 25 de 25

